



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta

v 10 | n 18 | jan-jun 2021

Territorialidades, identidades quilombolas e políticas públicas

José Jaime Freitas Macedo



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

MACEDO, José Jaime Freitas Territorialidades, identidades quilombolas e políticas públicas. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v.10, n. 18, p. 74-90, jan-jun 2021. Semestral.

© NAUI

Territorialidades, identidades quilombolas e políticas públicas¹

José Jaime Freitas Macedo²

Resumo

Este artigo discute as relações do território quilombola Lagoas, localizado no Território de Desenvolvimento Sustentável Serra da Capivara, no Sudeste do Piauí, com o meio ambiente e com os órgãos de governo, tentando entender estas relações contextualmente dentro dos modos de vida das 118 comunidades que compõem este território. Dentro desta perspectiva, o artigo recupera as lutas e construções identitárias quilombolas.

Palavras chave: Territorialidades, identidades quilombolas, políticas públicas.

Abstract

This article discusses the relationship between Quilombola Lagoas Territory, located in the Serra da Capivara Sustainable Development Territory, in the Southeast of Piauí, and its environment and government agencies, trying to understand this relationship and the lifestyles of the 118 communities that make up this quilombola territory. Under this perspective, the article refers to the struggles and identity constructions of this quilombola community.

Key words: Territorialities, quilombola identities, public policies.

¹ Texto originalmente apresentado no webinar Quilombos e Fundos de Pastos – Nossas Matrizes (mesa redonda I), em 12/12/2020, organizado pelo Núcleo de Estudos Étnicos e Afro-brasileiros Abdias do Nascimento/Ruth de Souza – Neafrar/Univasf. O texto para aquela publicação foi revisto e ampliado.

² Professor associado do Colegiado de Antropologia/Campus Serra da Capivara – UNIVASF. Email: jjaimemacedo@gmail.com

O território Lagoas/PI é a segunda maior área quilombola do País em terras contínuas com seus aproximadamente 62.400 hectares.³ Este território, segundo relatos de moradores mais antigos obtidos em conversas durante as minhas pesquisas sobre o tema, foi articulado a partir da comunidade São Vitor, que era a antiga sede da fazenda São Vitor, sendo o seu núcleo mais importante. Entretanto, ultimamente surgiram informações que dão conta de que o núcleo original do quilombo teria sido outra comunidade próxima a São Vitor (cerca de três quilômetros), a comunidade do Boi Morto. Consta que esta comunidade, ainda nos tempos da fazenda, tenha sido o primeiro local de aquilombamento, surgindo daí as outras comunidades através de laços de parentesco e/ou de parentalidade. É fato que as pessoas mais antigas de diversas comunidades ao redor da comunidade do Boi Morto reportam que seus parentes ancestrais teriam vindo de lá. Comunidades como Lagoa das Emas, Lagoa do Moisés, Calango, Vermelhinho, Lagoa Grande e Lagoa da Firmeza (esta a cerca de dez quilômetros) têm laços de parentesco e de parentalidade perceptíveis até hoje com as pessoas do Boi Morto e produzem identificação destes laços de ancestralidade com esta comunidade original.⁴ Para desenvolver este tema, vou tomar como referência o Quilombo Lagoas, pois tenho maior contato com ele, uma vez que trabalho ali como assessor comunitário.⁵

No que tange às origens do quilombo, estamos⁶ procedendo estudos para este delineamento e mapeamento tentando proceder a uma construção identitária do quilombo Lagoas. Já temos convicção de que este processo sofre forte influência das relações de parentesco e de parentalidade que delineiam, inclusive, a forma como o território foi ocupado, indo esta influência para além dos limites formais do Território Lagoas e do próprio Estado do Piauí, já que o quilombo está localizado em municípios limítrofes com o Estado da Bahia, a

³ Este território quilombola possui um conjunto de 118 comunidades, com estimadamente 1.500 famílias, e está localizado no Sudeste do Piauí, mais precisamente nos municípios de São Raimundo Nonato, Fartura do Piauí, São Lourenço, Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde e Várzea Branca. Todos pertencentes ao Território de Desenvolvimento Sustentável Serra da Capivara, composto por 18 municípios, dentre os quais os seis em que o quilombo Lagoas tem território.

⁴ Atualmente, o Território do Quilombo Lagoas está subdividido em termos de organização social em doze núcleos, sendo São Vitor e Boi Morto sedes de dois destes núcleos. Esta subdivisão ocorre apenas para efeitos de organização da Associação Territorial do Quilombo Lagoas, não reconhecida por nenhum órgão de governo, mas é frequentemente apropriada por vários órgãos do poder público municipal, estadual e federal quando lhes convém.

⁵ Um assessor comunitário presta assessoramentos às comunidades a partir das demandas delas. Este assessoramento pode ser pontual ou contínuo. O assessoramento que faço à Associação Territorial é contínuo e está inserido em um projeto de extensão na Univasf intitulado Assessoramento ao Território Quilombola Lagoas.

⁶ Faço aqui referência a alguns dos trabalhos desenvolvidos no Território Lagoas, no presente momento (junho/2021), pelo professor Bernardo Curvelano Freire e por mim. Somos professores do Colegiado de Antropologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, campus de São Raimundo Nonato, e integrantes do LAMPDA. Infelizmente, algumas destas pesquisas estão paradas devido à pandemia SARS-COV2/COVID/19.

saber: Dirceu Arcoverde, Fartura e Várzea Branca, que fazem divisa com Campo Alegre de Lourdes e Remanso, municípios baianos. Há ainda Pilão Arcado/BA que também tem relações históricas com o quilombo Lagoas e o território Serra da Capivara. Esta relação identitária através da parentalidade (relações de compadrio, parentesco mais distante, afinidades eletivas, relações de clientela com trocas de favores etc.) produziram nesta comunidade laços de pertencimento que mantêm uma base de relações e de identificações que vão para além do conceito de quilombos. As pessoas antes de se reconhecerem quilombolas se veem como parentes ou como chegados/próximos. O laço de parentesco constrói a ancestralidade. E o da parentalidade reforça o sentimento de pertença a uma comunidade. A noção de quilombo é uma construção exógena que começou a ser sedimentada a partir de 1999 quando a comunidade do São Vitor e do Calango passaram a receber visitas de pesquisadores que identificaram e identificam a região como quilombola.

A partir deste processo, a Associação Territorial do Quilombo Lagoas vai sendo construída e o discurso quilombola começa a emanar dos discursos das pessoas. Estes discursos seguem as trilhas do parentesco e da parentalidade. Foram elas que fizeram o reconhecimento de laços de articulação entre as 118 comunidades e acabaram identificando um quilombo territorialmente tão vasto. Hoje, percebemos que a demarcação territorial ainda foi tímida porque há mais de relações de parentalidade e parentesco do que o percebido naquele momento da demarcação – esta articulação social vai para além do atual território do quilombo. Apesar de toda a pesquisa já feita, tem muita coisa a ser estudada nos processos societários entre as pessoas e grupos que constituem o quilombo Lagoas e sua esfera de influências. Um dado a ser trabalhado é sobre comunidades indígenas e outro é sobre o cangaço que se espalham pela história e pelas memórias das pessoas da região. Existem pistas que precisam ser seguidas.

Outro aspecto que vem emergindo na construção do território Lagoas é a religiosidade de matriz africana, que hoje não é tão imediatamente visível, porque continua a sofrer discriminações, mas que continua com força entre as pessoas das comunidades, mesmo que o culto e o conhecimento sobre estas práticas religiosas permaneçam à boca pequena, sendo explicitados apenas quando o contato é mais íntimo, traduzindo-se numa relação de confiança. Mesmo assim, passa muito tempo para que esta comunicação seja estabelecida. Do mesmo modo que a história das origens do quilombo Lagoas não é contada na primeira conversa, há um segredo bem guardado sobre quem pratica e onde é praticado o culto das religiões de matrizes africanas no quilombo. Ao mesmo tempo, representações religiosas/simbólicas que

têm ligação com estas religiões emergem com força em muitas práticas culturais/religiosas comuns no território quilombola Lagoas. Isto pode ser percebido no culto à Tia.

Esta pessoa/entidade foi uma mulher jovem, segundo uns, mais velha, segundo outros, que foi encontrada morta no meio do mato por um homem doente, em um ano incerto entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Este homem, condoído com o seu infortúnio, fez-lhe uma cova. Imagina-se que ela tenha fugido da fazenda São Vitor e tenha se perdido, pois ao seu lado estava um feixe de lenha. Contam que, pouco tempo depois, o homem que a enterrou estava curado dos seus males considerados incuráveis. Daí surgiu uma enorme devoção que foi, aos poucos, congregando pessoas das mais diversas crenças, fazendo da Cova da Tia um lugar de peregrinação até hoje. A Cova da Tia está nos limites formais do território Lagoas, nas suas fronteiras, mas dentro da sua esfera de influência, sendo um dos elementos ampliadores dela. A devoção à Tia vem até os dias atuais, com muitas pessoas falando dos milagres dela. No local, encontramos símbolos da umbanda, do candomblé e símbolos católicos, bem como influência do espiritismo. Note-se que nesta região a umbanda e o candomblé, especialmente este último, ganharam matizes próprios, diferentes das Casas da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão. Este é outro aspecto a ser desenvolvido/explorado.

Esta relação entre território social/físico e sagrado precisa ser expandida nas nossas pesquisas, mas já temos um caminho interessante com a devoção à Tia e com outras expressões de fé e de relação com as folhas, ervas e raízes que podem ser exploradas visando a ampliar os conhecimentos sobre a produção/reprodução das identidades quilombolas e das relações destas pessoas com o espaço físico e social da/na região. As raizeiras e benzedadeiras têm muito a contar não somente sobre a tradição, religiosidade e identidade do território quilombola, mas também sobre o modo de vida, as formas de sobrevivência, as relações de sustentabilidade, de parentesco e parentalidade entre as pessoas. É um enovelamento de relações que precisa ser compreendido. Estudantes do Colegiado de Antropologia do Campus Serra da Capivara/Univasf, por iniciativa própria e sob minha orientação, estão, em parceria com membros das comunidades do quilombo, iniciando tratativas para mapear estas ervas, raízes e tradições que ajudam a constituir o território quilombola Lagoas.⁷ Novamente, quem trabalha com as raízes, ervas e benzimentos nunca diz que o faz na primeira, na segunda, nem na décima conversa. É todo um processo de encantamento, de sedução mútua para as histórias irem, aos

⁷São os estudantes Alex de Sousa da Silva (voluntário) e Micael Rodrigues Gonçalves Silva (bolsista) do projeto de extensão “Diálogos entre saberes: jovens acadêmicos e jovens quilombolas trocando experiências”, iniciado em setembro de 2020, por meio de redes sociais.

poucos, sendo contadas. O tempo do quilombo não é o tempo da ciência. São outro tempo e lugar em que a oralidade é algo sagrado e tratada com devoção.

Uma conversa não se inicia de modo linear e direto, mas tem um tratamento. A forma como ela se inicia e é conduzida diz muito sobre o teor da narrativa e sua profundidade. Fala, também, como o visitante é visto e qual o seu nível de inserção e confiança. É preciso todo um aprendizado para conhecer os meandros da conversa quilombola. Os mestres e guias deste processo são as pessoas da comunidade e não é bom querer mudar o ritmo. Você pode até conseguir, mas a conversa muda. É preciso aprender a ouvir.

Atualmente, o território quilombola Lagoas tem enfrentado muitas situações que implicam ameaças diretas à sua sobrevivência e aos seus modos de vida e de relações com o simbólico/sagrado. Exemplo disso é a ação de mineradoras que buscam romper o equilíbrio jurídico-social do território para exercer a lavra. Um dos espaços tentados de mineração fica bastante próximo da Cova da Tia, que não é reconhecida oficialmente como patrimônio por órgão nenhum. A Associação Territorial do Quilombo Lagoas fez, em dezembro de 2019, um documento ao Iphan pedindo o reconhecimento da Cova da Tia como patrimônio imaterial. Existem muitos patrimônios imateriais esperando por reconhecimento no Quilombo Lagoas. Por exemplo, as suas festas, representações religiosas, conhecimentos da mata e de suas raízes, dentre outras. Por óbvio, isto significaria um reconhecimento tácito do quilombo e do seu significado. E isto pode não interessar, como não tem interessado até hoje. Os seis municípios em cujos territórios o quilombo Lagoas tem terras não o reconhecem como tal. Exemplo disso está sendo a pandemia de Covid-19 em que o quilombo Lagoas não teve visibilidade, mesmo tendo muitos casos e mortes. Somente a ação de um grupo de uma das comunidades que buscou fazer um mapeamento dos casos e mortes ocorridos no quilombo através dos dados das secretarias municipais e da Regional Estadual de Saúde, cruzando-os com informações das pessoas das 118 comunidades é que possibilitou um mapeamento mais consistente da pandemia no quilombo Lagoas.⁸

A falta de conclusão da regularização fundiária fragiliza muito a luta quilombola contra a mineração e pela permanência dos seus modos de vida ambientalmente sustentáveis. Várias têm sido as ações da Univasf para contribuir com as comunidades quilombolas do território Lagoas no sentido da sua permanência e da conseqüente preservação e sustentabilidade

⁸Refiro-me ao estudo Boletim epidemiológico/Covid-19 do território quilombola Lagoas, publicado em www.instagram.com/p/CGAQhxeAhl/?utm_medium=copy_link, dos acadêmicos Salvador Aparecido Antunes Viana e Nayane Magna Viana, compilação e cruzamento destes dados de junho a dezembro de 2020.

socioambiental gerada com isto. Estamos trabalhando no sentido da conclusão da regularização fundiária. Fazer o levantamento e mapeamento das memórias, representações, histórias e suas identidades e modos de vida é mais um passo neste sentido. Ajudar a construir políticas públicas, também.

Estas comunidades têm modos de vida ancestrais que preservam o meio ambiente, pois precisam, por exemplo, da umburana/imburana (planta medicinal em perigo de extinção) e de outros fitoterápicos utilizados para os cuidados com a saúde ou mantém uma agricultura familiar sustentável em suas roças que dependem de água e solo não poluídos ou ainda precisam de ar em condições de habitabilidade e não com rejeitos químicos e partículas de pó e gases nocivos à saúde humana e animal. Sem estas condições, as abelhas desaparecem e a melicultura é uma importante atividade na região.

O território quilombola Lagoas é, no todo ou em parte, fonte de manancial hídrico para algumas sedes de municípios, inclusive São Raimundo Nonato, o maior da região, com cerca de 33 mil habitantes. Ademais, é possível construir um processo articulado de produção e comercialização dos produtos saídos das comunidades rurais e estabelecer novos paradigmas de progresso social e material para estas comunidades. Isto mudaria rapidamente as condições de vida não só das comunidades rurais como das urbanas do território Serra da Capivara, pela circulação de recursos financeiros e de produtos. Antes disso, podemos perceber o potencial de economia de escambo baseado em trocas sustentáveis nas comunidades, o que permitiria melhorar e dar sustentabilidade a elas, sem passar pela dependência da economia monetizada.

Assim, contribuir para a permanência e desenvolvimento das comunidades do território Lagoas é contribuir para o desenvolvimento sustentável do território Serra da Capivara, um dos 12 Territórios de Desenvolvimento Sustentável que hoje dividem formalmente o Estado do Piauí, mas que não estão assentados no imaginário social e cultural das pessoas, uma dificuldade na hora da construção de Políticas Públicas e no processo de organização e de reivindicação social.

As políticas públicas para o território Lagoas têm esbarrado em uma série de entraves que, na condição de assessores, tentamos desconstruir. O primeiro deles é o da organização social, que tem suas origens no processo de desinformação e de desorganização social que envolve a sociedade brasileira como uma lógica de poder, tema tratado com profundidade por autores como Aníbal Quijano (*Colonialidade do Poder*), Walter D. Mignolo, Miguel Arroyo ou Maria da Glória Gohn. Além deste contexto geral, outros aspectos locais emergem. Mesmo com uma associação territorial abrangente, o complexo sistema de articulação social centrado em

parentesco e parentalidade não é abarcado pelas formas de organização tradicionais e isto traz problemas quando estamos falando em processos mais formais de participação política e social.

Por outro lado, ele molda os processos de escolha e de decisão destas organizações, influenciando na forma como uma associação territorial e as associações de cada comunidade vão reagir/interagir. Ainda assim, este pequeno grupo de pessoas envolvidas na associação territorial busca desenvolver ações que promovam e tragam políticas públicas para o território quilombola. Este problema traz dois aspectos: um é o fortalecimento da associação territorial enquanto entidade representativa do território do quilombo Lagoas; o outro, já discutido, é a necessidade de mais pesquisas para entender melhor as relações sociais constitutivas do quilombo e sua esfera de influência.

Um segundo entrave está na relação desta organização de base local com o poder público. Em que pese a longa caminhada desde a sua fundação, em 1999, as relações da associação territorial com o poder público nas três esferas têm sido variáveis por conta de inúmeros processos de organização interna, de domínio dos processos políticos e de interesses dos órgãos públicos para efetivar estes contatos. Esta associação não é plenamente reconhecida como interlocutora do quilombo Lagoas pelas esferas do poder público porque eles, de modo geral, não reconhecem o quilombo e, quando o fazem, buscam pulverizar a sua força e favorecer interesses políticos localizados. Os seis municípios com terras do quilombo Lagoas não o reconhecem. O Estado do Piauí reconhece, através de algumas secretarias, mas não promove políticas públicas articuladas, transformando-as em políticas de Estado ou tentando seguir nesta direção.

O Governo Federal, a partir de 2016, passou a desconhecer o quilombo. Antes disso, mantinha uma relação ambígua, ora reconhecendo, ora desconhecendo. Isto se reflete na morosidade do reconhecimento territorial do quilombo Lagoas. Além de tudo, existe o problema da fragilidade dos governos em todas as esferas devido às alianças políticas construídas para vencer as eleições e o consequente rateamento da máquina do governo no processo pós-eleitoral, fragilizando a administração pública para termos propostas de gestão consistentes e que perdurem. Ainda há rupturas entre os diversos governos que fazem com que propostas de políticas de Estado, no Brasil, em todos os níveis da administração pública, sejam quimeras. Assim, estabelecer uma interlocução duradoura entre organizações sociais e governos no Brasil é muito difícil.

Um terceiro aspecto é a própria elaboração das políticas públicas pelas comunidades e organizações a elas vinculadas devido, muitas vezes, aos entraves anteriores. Algumas

conquistas foram obtidas neste campo, principalmente em se tratando das questões fundiárias, mesmo que ainda não tenham sido resolvidas de todo e na garantia da terra e da sustentabilidade contra a mineração. Também houve elaboração de documentos pontuais como este sobre a Cova da Tia e um, mais geral, abrangendo todo o território da Serra da Capivara, com propostas para o PPA 2020/2023 deste Território de Desenvolvimento Sustentável no qual o então presidente da associação territorial, Cláudio Teófilo Marques, teve papel importante na elaboração. Isto não quer dizer, porém, que as políticas propostas pelas comunidades tenham sido implantadas.

O documento da Cova da Tia ainda não foi respondido e a proposta para o PPA Territorial foi apresentada em uma reunião específica em que estavam presentes todos os 12 territórios de desenvolvimento sustentável do Piauí e representantes de todas as secretarias, mas não houve muita coisa de concreto, gerando um mal-estar nas relações entre comunidade e assessorias, de um lado, e Governo do Estado, de outro. Em outubro de 2020, ouviu-se uma proposta/promessa de revisão do PPA 2020/2023 do Governo do Estado, nada concreto e sem uma dimensão exata do que significa e em quais moldes será realizada. Não está havendo uma discussão prévia e coletiva para estabelecer bases diretivas deste processo e é bom reportar que cada território de desenvolvimento sustentável tem seu conselho territorial, que é um órgão de Estado, com representação paritária de governo e sociedade civil. Este seria um ótimo local para realizar estas discussões. Até o momento, o Conselho do Território Serra da Capivara não foi convocado para isto e aí esbarramos no segundo entrave, só que ampliado para o Território de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse momento, é conveniente salientar que diversos grupos prestaram assessoramento ao território Lagoas desde 1999.⁹ Também hoje atua um projeto governamental do Estado do Piauí, cuja atuação dos seus técnicos segue os caminhos do assessoramento: o projeto Viva o Semiárido.¹⁰ Além dele, ocorreram participações mais pontuais de órgãos do Governo do Estado como a Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC; a Coordenadoria Estadual de Convivência com o semiárido; o Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR. Este programa transformou-se na Secretaria de Desenvolvimento Rural e, agora, Secretaria da

⁹ São eles: a Comissão Pastoral da Terra – CPT; a Caritas Diocesana de São Raimundo Nonato; o projeto Dom Hélder Câmara; Fundação de Educação Social e Desenvolvimento Humano – FUNSEDH; Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural Sustentável à Agricultura Familiar – Cootapi; Implanta; Fundação Banco do Brasil; e Cactus. Atualmente a Universidade Estadual do Piauí – Uespi; o Instituto Federal do Piauí – IFPI e a Univasf.

¹⁰ Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria da Agricultura Familiar do Governo do Estado do Piauí – SAF, financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura – Fida. Este projeto atua em todos os municípios do Território Serra da Capivara.

Agricultura Familiar. Há ainda uma organização estadual do movimento quilombola que tem presença pontual no Território Lagoas; a Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas – CECOQ. Esta presença pontual se deve muito à ausência de recursos para deslocamento. Tendo representantes desta entidade nos pediram apoio para ajudá-los a acompanhar as comunidades quilombolas aqui do território com repasse de informações e maior acompanhamento nosso às comunidades.

Como vemos, muito assessoramento houve e há. Também muita ação de Governo parece haver e, em certa medida, há. Qual o problema, então? Entendo que houve falta de continuidade das ações de assessoramento no passado e desarticulação entre os grupos/entidades/órgãos que as realizavam. Nas ações de governo, dá-se algo parecido. Elas são pontuais e desconectadas de um planejamento maior com sobreposições e descontinuidades entre elas. Em outras palavras, houve trabalho, mas este ou foi impulsivo – sem um direcionamento e uma visão de futuro por parte das organizações da sociedade civil – ou as ações de governo não fizeram parte de uma política de Estado. Além disto, observo que a comunidade nunca tomou para si os projetos que chegaram. Era sempre a ação de um agente externo. Quando este saía, acabava a ação e seus benefícios, quando ocorreram, esvaíam-se em pouco tempo. O desafio maior para as assessorias é produzir políticas de Estado para os territórios Lagoas e Serra da Capivara, dentro destas políticas públicas de enfrentamento a problemas pontuais. Aí, ocorre o choque com as propostas de gestão de governos municipais, estaduais e federal. Note-se que na listagem da nota de rodapé 9 não há um órgão sequer de nenhum dos seis municípios que tenha nos seus territórios terras do quilombo Lagoas. A explicação é simples: o quilombo nunca foi reconhecido como tal pelos gestores municipais e toda a ação deles é para o município, sem reconhecer as especificidades das terras quilombolas.

Assim, não há política pública municipal para as comunidades quilombolas, intervenções específicas. Quilombo existe, mas não tem expressão política. Com o Governo do Estado parece haver uma esquizofrenia em que um lado enxerga o quilombo e outro quer ver só os grandes projetos extrativistas e do agronegócio. Há uma relação clara disto com o rateamento político da máquina administrativa que, em nome da vitória eleitoral, joga fora a coerência programática, base para a organicidade de qualquer projeto de governo que seja consistente e coerente. No meio de tudo isto a comunidade quilombola vive entre alheia e partícipe, quase que também numa esquizofrenia política, devido ao processo de desinformação política a que é submetida a sociedade brasileira. Momentos raros de exceção a isto são as reações à mineração de finais de 2019, quando em reuniões nas comunidades e numa audiência pública

em São Raimundo Nonato, no dia 5/12/19, as pessoas do quilombo rechaçaram, protestando contra os projetos de uma mineradora. Além deste, aconteceram outros momentos de mobilização e participação como ‘O Grito do Semiárido’, realizado durante sete anos, contra mineração, carvoarias, fechamento das escolas no quilombo dentre outras bandeiras sociais.

Contexto da articulação territorial¹¹

A Univasf, que é uma Instituição Federal de Ensino Superior – Ifes, tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, bem como, por ser instituição pública, de contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional. A proposta da Univasf de desenvolver ações de extensão e pesquisa visando ao desenvolvimento territorial tem no Lampda – Laboratório de Pesquisa, Metodologia e Documentação em Antropologia, vinculado ao Colegiado de Antropologia do Campus de São Raimundo Nonato, um canal que se apresenta no âmbito institucional no contexto da pesquisa e extensão universitária e tem interesse em participar das conquistas sociais do território Serra da Capivara, que é expresso no sentido de aprofundar o conhecimento da realidade regional, das comunidades tradicionais, principalmente aquelas inseridas no Território de Desenvolvimento Sustentável Serra da Capivara. Isso possibilita acrescentar ganhos à nossa missão institucional, entendendo, assim, que a universidade labora no território em consonância com a sua missão institucional e atendendo aos anseios das populações locais.

O conceito de territórios de cidadania¹² emerge em 2003, no início do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, e vai ganhar maior visibilidade no Piauí a partir de 2006, com a articulação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – o gestor federal responsável durante os governos petistas pela política de cidadania e desenvolvimento agrário – e o Governo do Estado do Piauí, através da Seplan – Secretaria de Planejamento visando traçar o perfil do campo no Estado e desenvolver ações de cidadania e desenvolvimento rural, especialmente para as populações de baixa renda e dos habitantes dos municípios de alto Índice de Exclusão Social, que, à época, perfaziam a maioria dos 222 municípios do Piauí.¹³ Políticas

¹¹ OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de & FLORES, Fúlvio Torres. Desenvolvimento Territorial – Experiências, articulações e práticas educativas. Univasf/Editora CRV, Curitiba, 2018. p. 141-162.

¹² Estruturas político administrativas voltadas para a inserção das comunidades no processo decisório dos governos e visando à construção de políticas públicas com a participação popular.

¹³ Naquele momento, o Piauí possuía 222 municípios, hoje tem 224. Os índices estão conforme o “Atlas da Exclusão Social no Piauí – A Herança deixada” (2003). Este índice está numa escala de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, menor exclusão. Todos os dados referem-se ao ano de 2000. A capital, Teresina, tinha um índice de 0,521, sendo o município mais bem posicionado no Piauí. No *ranking* nacional, Teresina estava na posição 1.136 de um total de 5.507 municípios. São Raimundo Nonato era o município, dos 18 que compõem o território,

inclusivas e reparadoras de exclusões como o Programa Brasil Quilombola também tiveram expressão através dos Territórios de Desenvolvimento Sustentável.

A Univasf começa a contribuir mais de perto com este processo no Piauí a partir de 2013, com a formação do Nedet Serra da Capivara – Núcleo de Desenvolvimento Territorial, que surge como um organismo de assessoramento técnico ao colegiado territorial, a esta época instância do Território de Cidadania e de Desenvolvimento, vinculado ao MDA, e que tratava especificamente das questões da produção agrária. Em 2015, com o processo contra a presidenta Dilma Roussef e o seu *impeachment*, há uma reviravolta conservadora que extingue o MDA e a Política de Desenvolvimento Agrário, bem como o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e suas políticas e também extingue a Seppir/PR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e, por consequência, o Programa Brasil Quilombola, fazendo um efeito dominó que extinguiu todos os Nedets e as ações desenvolvidas por eles.

Entretanto, no Território Serra da Capivara o Nedet constituído pela Univasf não encerrou suas atividades e continuou assessorando o colegiado territorial e ampliou sua atuação ao estreitar laços com secretarias do governo estadual e com seus órgãos e programas, a exemplo da Seplan e da SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Emater e projeto Viva o semiárido, estes dois últimos, vinculados à época à SDR. Com a Seplan, órgão de planejamento, gestão e articulador da política do Governo do Estado, estabelecemos parcerias no intuito de construir uma política estadual que, derivada dos esforços construídos desde 2003 no plano nacional, pudessem ampliar no Estado a atuação territorial antes focada na agenda da política agrária, de modo que o agora Território de Desenvolvimento Sustentável fosse compreendido como unidade gestora para as decisões políticas e orçamentárias, no âmbito de todas as ações voltadas para esta região. Este processo está tomando forma com a transformação dos 12 Territórios de Cidadania e de Desenvolvimento existentes no Piauí e pertencentes à rede do MDA, para que se tornem entes pertencentes à rede estadual com possibilidades de discutir, propor e implementar as ações necessárias ao desenvolvimento territorial e estadual em todos os âmbitos da vida e não só no campo das políticas agrárias.

Tal proposta, originada da Seplan, foi acolhida pela Univasf através do seu Nedet. Todavia, este processo esbarra no retrocesso político institucional vivido no Brasil e que afeta

mais bem posicionado, na sexta posição, com um índice de 0,405 e, no *ranking* nacional, ocupava o 3.165º lugar. O pior município era Guaribas, também na Serra da Capivara, com um índice de 0,260. Este município ocupava no *ranking* nacional a posição 5.495. Em 2003, ele foi escolhido pela Presidência da República para ser o município piloto do programa Fome Zero, dadas as suas condições de exclusão social.

o Governo do Piauí e a Univasf, bem como o desenvolvimento de ações inclusivas e/ou reparadoras de injustiças sociais. Buscamos alternativas para efetivar políticas públicas para o Território de Desenvolvimento Sustentável Serra da Capivara. Com o passar dos anos de 2018 a 2020, tivemos uma deterioração das relações entre Seplan e Univaf devido a desavenças no modo de condução dos arranjos institucionais para a produção de políticas públicas, que gerou um afastamento entre os trabalhos das duas organizações no território Serra da Capivara.

Em todo este processo, sou confrontado com os problemas graves deste imenso território, sendo o principal a não titulação e a tramitação deste processo que se arrasta desde 2006. Todos os laudos já foram emitidos e confirmam a ancestralidade da terra quilombola. Resta apenas o laudo final do Incra, engavetado desde 2015. Hoje, com a desmobilização do Incra pelo Governo Federal, o Instituto de Terras do Piauí – Interpi assumiu no Estado do Piauí as ações do Incra e pode, finalmente, encerrar o processo estadual de reconhecimento do quilombo Lagoas.

Fundamentos teóricos

Diante de todo este cenário, optei pela construção de uma relação dialógica com as comunidades e, especialmente, com a Associação Territorial do Quilombo Lagoas. Isto implica constante conversa entre nós e as organizações comunitárias e de assessoramento parceiras sobre as ações desenvolvidas e a forma como se dão. Esta perspectiva de ação social está plenamente justificada pela Teoria Decolonial, que implica romper com amarras mentais que nos põem numa condição de subordinação e/ou exclusão. Este processo requer a construção de uma percepção de si mesmo que não seja vitimizada e/ou inferiorizada. Tal reconhecimento passa por um processo de desconstrução epistêmica de conceitos e de práticas sociais que estão relacionados a um discurso hegemônico e opressivo. Uma leitura decolonial do mundo requer um envolvimento do sujeito numa nova lógica discursiva que significa uma reconfiguração da sua maneira de pensar, de traduzir e de agir em sociedade. Assim, descolonizar-se significa reconstruir o mundo segundo uma nova lógica operativa que proceda no sentido de uma nova tradução deste mundo e que esta tradução represente o lugar epistêmico e social deste sujeito.

Isso não significa produzir interpretações decoloniais sobre tudo. Nem, também, dizer para o outro ‘libertar-se’ e seguir novas ideias que são, por acaso, as leituras decoloniais. Esta postura seria tão colonialista quanto qualquer outra. É outra lógica de memórias e temporalidades que se desenvolve no sentido de um tempo múltiplo e não linear, de memórias reconstruídas a cada momento e que reconfiguram o passado, ressignificando e reconstruindo

o presente e o futuro. Isto na relação com as comunidades quilombolas está associado a uma perspectiva que tome o trabalho não como algo trazido por um agente externo, mas como algo desenvolvido a partir das necessidades das comunidades. Ainda estamos longe de conseguir isto, mas é planejamento estratégico que opera não focado em resultados, mas em processos. Não adianta recuperar casas de farinha ou levantar entrepostos de mel se as pessoas não se sentem donas do processo. Trabalhar um PPA – Plano Plurianual não é apenas escrever um documento com muitas páginas. É pensar junto o que e como queremos (todos nós, comunidades e assessorias) aquelas comunidades, aqueles territórios.

É disputarmos os nossos interesses e coloca-los em confronto para chegarmos a um denominador comum. Trilho o caminho para se pensar as epistemologias decoloniais como constituídas a partir dos lugares de representação e desenvolvidas como processos não acabados, nem unívocos ou fragmentados, mas que representam uma *tensão* constante entre os vários conceitos e aquilo que eles buscam traduzir. As memórias jogam papel fundamental através da oralidade para reconfigurar um passado, uma ancestralidade, há muito esquecidos e que produziram/produzem modos de viver. É assim que o Quilombo Lagoas vive, olhando para o passado e para o futuro através das suas memórias.

As identidades decoloniais foram e são construídas a partir das experiências dos grupos que buscam romper as amarras coloniais. Estas vivências são seculares, milenares. As ancestralidades dos povos originários em África e que foram disseminadas pelas Américas e, também, as dos povos autóctones das Américas são exemplos disso. Elas nos trazem experiências sociais que se desenvolveram com perspectivas que o discurso decolonial assimilou porque ele se remete a tais povos. Em outras palavras, a teoria decolonial escuta e aprende com os povos e grupos sociais. Ela não pretende ser o caminho do conhecimento, apenas busca ser o espaço que traduz estas experiências ancestrais no campo das Ciências Sociais. Desta forma, é fundamental o estabelecimento de uma relação dialógica entre os pesquisadores e os povos. Vale destacar que, na maior parte dos casos, os pesquisadores decoloniais pertencem àqueles grupos sociais e/ou povos com os quais está se estabelecendo esta relação dialógica. É assim que buscamos pessoas das comunidades para participar e elaborar juntas os projetos em andamento, a propor coisas novas.

Aqui, de novo, múltiplas tensões emergem e elas não são descartadas no procedimento de leitura teórica. Ao contrário, são valorizadas dentro daquilo a que se propõem na relação social. Estes são alguns dos lugares de representação de onde emerge a teoria decolonial. O reconhecimento dos quilombos no Brasil, desde a origem do termo até sua forma de

organização (Munanga, 2001; Moura, 2001; Leite, 2000) e seu significado político e sociocultural (O'Dwyer, 1995), bem como a possibilidade de reconhecimento para titulação (Silva, 1994), são exemplos desta tensão.

Desta forma, as identidades decoloniais são traduzidas de um jeito diferente do discurso ocidental moderno porque elas se constituem de modo diferente, autoafirmado e partindo de dentro e não imposto de fora do grupo como a modernidade enxergou as identidades dos Outros. Elas foram percebidas assim porque a leitura decolonial dos processos sociais parte de um lugar que é aquele da dialogia e da tensão epistêmica entre os pesquisadores e os grupos e povos com os quais eles se relacionam e dos quais fazem parte. Isto se expressa na leitura conceitual que a ABA – Associação Brasileira de Antropologia fez sobre quilombos.¹⁴

Construir uma relação neste contexto implica em primeiro lugar saber respeitar as pessoas e ouvi-las sem nos colocar acima delas, nem elas acima de nós. Este é o princípio de uma relação em que há uma base de relativa igualdade. Colocarmo-nos como aqueles que magnanimamente permitem-se ouvir o outro que não tem titulação acadêmica. Num trabalho como o do território quilombola Lagoas isto implica impor a visão colonialista do que são saberes e desenvolvimento, do que é memória, modos de vida e historicidade. A dialogia implica tensão e conflito, disputa de ideias e de posições e, centralmente, postura transparente, sem tergiversações, esse é o nosso caminho com respeito às leituras e formas de viver do outro, numa pesquisa que pretende ouvir e registrar os conhecimentos, as vivências e as memórias de comunidades quilombolas.

Como a perspectiva decolonial reconhece a existência de outros lugares de representação que não o seu e que esta teoria trabalha com a leitura que o processo social se constitui num contexto de constante tensão onde a negociação, o acordo e o conflito podem ocorrer entre os diversos participantes, não há como ter uma teorização social sem entender os diversos lugares de representação, para daí perceber como podemos nos relacionar com cada um deles. Isto é muito diferente de se por contra o outro. Reconhecer que há diferenças não quer dizer, necessariamente, que somos antípodas. Não somos iguais a lideranças quilombolas ou indígenas, não somos iguais a empresários da mineração ou do agronegócio, não somos iguais a posseiros, agricultores familiares, atingidos por barragens, mas temos relações com todos eles,

¹⁴ [...] Portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos, questão temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na reprodução e manutenção dos seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA, 1994, p. 2).

com cada um estabelecendo alianças ou conflitos, acordos/desacordos, sempre dentro da coerência discursiva do nosso agir e da nossa fala.

A construção de políticas públicas nunca é um processo fácil e, no Piauí, este processo é especialmente difícil.

Referências

- ABA. Documentos do Grupo de Trabalho sobre as Comunidades Negras Rurais. In: Boletim Informativo Nuer, n. 1, 1994.
- ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento – O que temos a aprender dos movimentos sociais? In: **Currículos sem Fronteiras**. V. 3, n. 1, p. 28-49. Jan/jun 2003. ISSN 1645-1384. www.curriculossemfronteiras.org.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Eliana L. L. Reis, Gláucia R. Gonçalves e Myriam Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. In: **PERSPECTIVA**. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 405-423. Jul/dez 2002.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**. V.16, n. 47, p. 333-361. Mai/ago 2011.
- GROSFÓGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais**. Transmodernidade, pensamento de fronteira e Colonialidade global. Tradução: Inês Martins Ferreira. Acessado in: www.eurozine.com. Data do acesso: 26/09/2013.
- LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos ‘novos’ movimentos sociais na educação. In: CLACSO. **La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo**. Cap. VII. Clacso, Buenos Aires, 2000.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Etnográfica**, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.
- LIMA, Gerson Portela (Org.); **Atlas da Exclusão Social no Piauí – A Herança deixada**. Teresina: Fundação Cepro, 2003.
- MACEDO, José Jaime Freitas. Leituras sobre as articulações territoriais da Univasf no antigo território de cidadania e de desenvolvimento Serra da Capivara/PI, Atual Território de Desenvolvimento Sustentável Serra da Capivara/PI. In OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de & FLORES, Fulvio Torres. **Desenvolvimento Territorial – Experiências, articulações e práticas educativas**. Univasf/Editora CRV, Curitiba, 2018, p. 141/162.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais, Projetos Globais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001. 378p.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001, p. 21-31.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias de; Galvão Neto, Adonias Antonio; (Orgs.) **Sentidos do Patrimônio: Parque Nacional Serra da Capivara, Comunidade São Vitor**. Iphan, Teresina/PI, 2017.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro/2005. p. 227-278.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SILVA, Dimas S. da. Frechal: Constituição e diferença: o problema jurídico das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. In: **Regulamentação de terras de negros no Brasil**. Boletim Informativo Nuer, 1994 v. 1, n. 1.

Recebido em 11 de fevereiro de 2021 | Aceito em 03 de junho de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional